

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 13, e segunda-feira, 15 de agosto de 1988

Ecôn.-Brasil Pesquisa confirma apoio a maior abertura econômica

Pesquisa de opinião estabelecendo uma comparação entre 1980 e 1988, publicada no relatório "O futuro da indústria", que circulou junto com a edição deste jornal na última sexta-feira, mostra, inequivocamente, que a maioria da população brasileira não deseja que o Brasil involua para situar-se na "contramão da história". Em grau significativamente maior, os brasileiros apóiam a opção pelo regime de livre iniciativa, na moldura de um sistema democrático, com maior participação do capital estrangeiro.

De acordo com os critérios estabelecidos, as mesmas perguntas feitas numa pesquisa realizada há oito anos, quando o governo do presidente João Figueiredo completava o seu primeiro ano, foram repetidas agora pelo Instituto Gallup, especialmente para este jornal, com o objetivo de avaliar em profundidade as reações da população diante do programa de privatização de empresas e suas convicções sobre o futuro da economia de mercado no Brasil.

Vale recordar que, no início

de 1980, o governo que assumira o poder em março do ano posterior, depois de uma tentativa frustrada de submeter a economia brasileira a um processo de ajuste, cedeu à tentação do crescimento econômico a todo custo. Naquele ano, o PIB apresentou um crescimento de 9,1%, acima mesmo da média aritmética da década de 70-79 (8,75%). A inflação, contudo, já batia em 110,2% ao fim do ano. A severa recessão que se seguiu já era nítida para alguns analistas, mas a massa da população não fazia nem mesmo uma pálida idéia do que estava por vir. Os grandes projetos tinham seqüência e o modelo tripartite (governo-empresa nacional-capital estrangeiro) parecia ser a solução definitiva para assegurar o crescimento e a modernização da indústria. Paralelamente, a abertura política prosseguia, animada pela Lei de Anistia sancionada em 1979.

As circunstâncias hoje são diversas das daquele período de fim de euforia e a ativação dos debates públicos, aliada às incertezas da economia, produziu, sem dúvida, um maior amadurecimento político

na população. Em 1980, por exemplo, pouco mais que a maioria (51%) dos entrevistados discordava da idéia de que, para ser democrático, um país só deveria ter empresas nacionais. A proporção dos que não aceitam hoje essa proposição, como evidenciam os resultados da pesquisa Gallup, cresceu para 62%.

Naturalmente, esse resultado deveria refletir-se em outra pergunta, que procurou detectar o sentir da população quanto à afirmação de que, nos países democráticos, é preciso haver tanto empresas nacionais quanto estrangeiras. A proporção dos que acreditam em um papel mais expressivo do capital estrangeiro cresceu de 64 para 70% de 1980 para 1988.

O confronto entre as duas enquetes também confirma que a convicção privatista do povo brasileiro se reforçou ao longo de oito anos. Se, em 1980, 64% da amostra era de opinião de que, na democracia, a maioria das indústrias, bancos, lojas e empresas em geral deve pertencer à iniciativa privada, a percentagem em 1988

cresceu para 68%. Não é um crescimento apreciável, mas está acima da margem que poderia ser considerada um empate técnico.

Os dados de pesquisas que comportam várias perguntas não são naturalmente simétricos. Mas a certeza de que o povo brasileiro não deseja uma economia dominada pela presença do Estado, preferindo a pluralidade da economia de mercado, é refletida em outro quesito, pelo qual se constata que 62% da população crê que, quando o governo é dono de todas as empresas, não há democracia. Esse resultado de 1988 mostra uma diferença de 7 pontos a mais com relação ao de 1980.

Essa pequena síntese da pesquisa, que apresenta outros desdobramentos, deve, em nossa opinião, encorajar o governo a insistir no caminho da limitação do papel do Estado na economia, seja através da desestatização, seja pela desregulação, ambas indispensáveis para o florescimento da economia de mercado em nosso meio. Dentro, é claro, de um quadro democrático.